

---

## **Mancha no Telejornalismo: Cobertura dos Áudios da Operação Lava Jato no Jornal Nacional<sup>1</sup>**

Thais BARBOSA<sup>2</sup>

Valsuí MARTINS<sup>3</sup>

Kelly PRUDÊNCIO<sup>4</sup>

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

### **RESUMO**

O trabalho apresentado pretende refletir sobre as diferenças de abordagem na cobertura da Operação Lava Jato, especialmente quando envolve a divulgação de conversas gravadas. Como exemplo, trazemos a comparação entre a publicação de áudios de diálogos telefônicos do ex-presidente Lula e a divulgação de uma conversa do ex-ministro de planejamento do governo interino de Michel Temer, Romero Jucá com Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, no *Jornal Nacional*. Com base nos argumentos de Marilena Chauí e Jessé Souza, traçaremos um paralelo entre essas edições do telejornal e traços da cultura brasileira, pontuando-se, também, quais critérios de noticiabilidade é possível identificar para a publicação desses áudios.

**PALAVRAS-CHAVE:** telejornalismo; jornalismo de televisão; investigação; Operação Lava-Jato; Jornal Nacional;

### **INTRODUÇÃO**

O *Jornal Nacional* foi transmitido pela primeira vez em 1969, quatro anos depois da estreia da TV Globo no Brasil. Em sua vinheta de inauguração<sup>5</sup>, era possível identificar o objetivo do produto jornalístico: “A notícia unindo 70 milhões de brasileiros”. Essa ideia de “unir” a população com o pretexto de divulgação de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná, email: [valsui@gmail.com](mailto:valsui@gmail.com)

<sup>3</sup> Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná, email: [thaixbarbosa@gmail.com](mailto:thaixbarbosa@gmail.com)

<sup>4</sup> Orientadora do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná, email: [kelly.prudencio5@gmail.com](mailto:kelly.prudencio5@gmail.com)

<sup>5</sup> Disponível em <http://globoTV.globo.com/rede-globo/memoria-globo/v/jornal-nacional-1969/2162737/>. Acesso em 23/06/2016.

---

informações alinha o telejornal com a pretensão do Governo Militar, de reunir os brasileiros em uma mesma identidade nacional.

Como nos mostra Silva (1985), essa postura ideológica em sintonia à Ditadura Militar é expressa pelo fundador da TV Globo, Roberto Marinho, em uma entrevista dada à Revista Veja em 1976:

“Procuramos fazer com que ela seja, de fato, um poderoso instrumento de consolidação da unidade nacional. Atingindo praticamente todo o território do País, acredito ser evidente a contribuição da Rede Globo para a intensificação da difusão e do intercâmbio daqueles conceitos e dados de natureza cultural, social e moral — sem falar na informação, pura e simples — que constituem a base do desenvolvimento nacional em todos os campos e em todos os níveis.” (ALMEIDA apud SILVA, 1985, p.32)

Outro sinal claro dessa aproximação foi percebido no “caso *Time-life*” (PORCELLO, 2008). Antes de ser inaugurada, a TV Globo fechou um acordo de cooperação técnica com a empresa norteamericana, em que a emissora recebeu, além de capital, pessoal especializado e equipamentos modernos (ALMEIDA, 1976). O acordo foi considerado ilegal em uma CPI no Congresso Nacional, já que a foi comprovado que a emissora recebia ilegalmente grande quantia de capital estrangeiro. O caso foi, porém, arquivado em 1968 pelo então presidente General Costa e Silva.

O apoio ao Regime Militar apareceu também na linha editorial do *Jornal Nacional*. Como aponta Silva (1985), os critérios de seleção de notícias levavam em conta o caráter ufanista e nacionalista do governo, especialmente na década de 70, como é possível identificar em uma declaração do presidente Médici, em 1973:

“Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tornasse um tranquilizante, após um dia de trabalho” (CARVALHO apud SILVA, 1985)

Em 2016, durante a cobertura do impeachment da presidente Dilma Rousseff a postura ideológica da emissora parece estar, de novo, marcando a linha editorial do

*Jornal Nacional* e influenciando diretamente a cobertura jornalística. Uma das marcas dessa imparcialidade é expressa na diferença de cobertura na operação Lava Jato, especialmente no que tange à divulgação de áudios de conversas de atores da investigação.

Para ilustrar como se expressa essa diferença, escolhemos duas edições do telejornal: uma que divulgou os áudios de escutas telefônicas do ex-presidente Lula e a que veiculou o conteúdo de uma conversa entre então Ministro do Planejamento do presidente interino Michel Temer, Romero Jucá, com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado.

A edição do dia 16/03/2016<sup>6</sup> do *Jornal Nacional* começou com a frase “A crise no governo de Dilma Rousseff atinge o ponto mais alto”. Nela, a Rede Globo divulgou os grampos telefônicos feitos pela Polícia Federal nos telefones do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No mesmo dia, Dilma Rousseff o nomeou como Ministro-chefe da Casa Civil e o convite levantou a desconfiança de que a escolha de Lula para o Ministério seria uma estratégia para que se trocasse a instância da investigação contra o ex-presidente. Como ele ganharia foro privilegiado, a responsabilidade pelo processo passaria da Justiça Federal de Curitiba para o Supremo Tribunal Federal.

Na tarde deste dia, foi registrada uma conversa entre o ex-presidente e a presidente Dilma Rousseff. No áudio, Rousseff diz que vai enviar a ata de posse do Ministério da Casa Civil para Lula e que ele apenas o devia utilizar “em caso de necessidade”.

Essa frase abriu uma série de interpretações e mesmo que a presidente tenha dado uma explicação para a conversa, o *Jornal Nacional* descreveu o diálogo sob um único ponto de vista: “os áudios tem indícios fortes de que o objetivo da ida de Lula para o ministério foi mesmo tirá-lo do alcance do Juiz Moro” (JORNAL NACIONAL, 16/03/2016).

A assunto ocupou toda a edição do telejornal e chama a atenção que o áudio entre Lula e Dilma abriu o telejornal e já foi reproduzido na escalada<sup>7</sup>, fora de uma reportagem “fechada”. No último bloco, foi enfim exibida a reportagem que continha

<sup>6</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/4889310/>. Acesso em 22/06/2016.

<sup>7</sup> Termo usado para descrever, no telejornalismo, o tempo usado para exibição das manchetes do dia.

outras conversas telefônicas do ex-presidente e, na volta da matéria para o estúdio, os apresentadores ainda leram trechos de outras conversas - algumas já exibidas na reportagem -, de maneira até teatral, ficando marcada as partes em que os apresentadores, para não mencionar um palavrão falado por Lula, dizem: “e o presidente fala um palavrão” (JORNAL NACIONAL, 16/03/2016).

A pressa em se divulgar tal material aparece para os telespectador nos erros que se cometem nas próprias falas dos apresentadores, que em alguns momentos estão visivelmente nervosos. Tanto que, ao final da edição, o próprio Bonner diz: “Nesse 16 de março histórico, nervoso, você teve uma edição do *Jornal Nacional* que acompanhou os fatos praticamente ao vivo” (JORNAL NACIONAL, 16/03/2016).

Esse nervosismo aparece também no tom do discurso para contar o ocorrido, deixando-se transparecer uma certa revolta dos apresentadores com o que é noticiado. Também contribui para a sensação de revolta a exibição ao vivo, durante a edição e até depois, entre os intervalos da novela das 9, de manifestações em várias capitais do Brasil em que se pedia o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

O que se questiona nessa cobertura foi, principalmente, o fato de não ter se problematizado a quebra de sigilo - e a própria gravação - de uma conversa de uma presidente da República. Em sua página no Facebook, Wilson Gomes (2016) fez, nesse sentido, uma análise do ocorrido:

Editados, arrumados e empacotados nos telejornais da noite, a transmissão parecia a leitura do Oráculo. O jornalismo dramático de Bonner colocou os dois apresentadores a declamarem, no melhor estilo Escola Wolf Maya, a transcrição de conversas privadas ao telefone. Foi constrangedor, foi patético, foi um dos momentos mais embaraçosos do jornalismo a que presenciei. (GOMES, 2016)

Na edição 23/05/2016<sup>8</sup>, em contrapartida, o *Jornal Nacional* divulgou, atribuindo a veiculação ao jornal *Folha de S. Paulo*, um áudio entre o então Ministro do Planejamento de Michael Temer, Romero Jucá, e o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. Na conversa, registrada antes do afastamento da presidente Dilma Rousseff, Jucá afirma que uma alteração no Governo Federal resultaria em um pacto para

<sup>8</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/5044131/>. Acesso em 23/06/2016

“estancar a sangria” da Operação Lava Jato. Fica clara também a insinuação de Jucá que a instituição de um eventual governo Temer poderia significar em uma desaceleração das investigações.

Chama a atenção que em raros momentos há a ligação de Romero Jucá com Michel Temer, mesmo que tenha sido este quem escolheu Jucá para compor a pasta de Planejamento do Governo. Apesar dos apresentadores do telejornal afirmarem que Romero Jucá é investigado pela Operação Lava Jato, não se faz a ligação de que Temer o escolheu para compor seu Governo, mesmo o ex-ministro estivesse na mira do Juiz Sérgio Moro. Ao contrário do que se fez com o ex-presidente Lula, não se há o questionamento sobre a questão do foro privilegiado.

#### **A NOÇÃO DE ESTADO CORRUPTO NA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA**

Essas diferenças nos fazem refletir sobre quais fatores da cultura brasileira influenciam em tal tipo de diferença de abordagem. Tendo em vista o que nos trazem Chauí (2000) e Jessé Souza (2015), é possível fazer uma análise dessa cobertura tendo em vista fatores culturais e políticos do Brasil

Dentro de uma tradição brasileira, é possível identificar nessa cobertura certos vícios da sociedade. Marilena Chauí (2000) faz um panorama histórico do Brasil e lembra que certos traços de construção da nossa cultura podem ser verificados no modo como enxergamos a política - e , como consequência, como a política é tratada no telejornal.

Para ela, a “demonificação” da política vem desde o tempo colonial, expressa pela maneira pela qual o poder e as terras foram distribuídas no país. É possível identificar uma estratificação social de “quem manda” e “quem é mandado” que foi justificada, à época, com argumentos religiosos. A escolha do “mandante” era legitimada por “Deus” e esse argumento ainda serviu para justificar a escravidão dos índios, naturalizando-se a desigualdade social.

Nesse contexto, a autora ainda nos dá um *insight* para pensar no papel do juiz federal Sérgio Moro, que está conduzindo as investigações do Operação Lava Jato. Ele

aparece nas manifestações mostradas no dia 16/03/2016 pelo *Jornal Nacional*, tendo seu rosto e nome estampados em camisetas, faixas e canções de protesto.

A figura de Moro é uma representação do que Chauí (2000) chama de “messias”. Ela explica que um messias é uma ideia bíblica de forte impacto na cultura brasileira, que ilustra alguém de fora, um rosto novo, que surge inesperadamente para mudar a realidade. O Juiz Sérgio Moro é um exemplo desse “messias”, já que representaria uma distinção do restante do judiciário e é recorrentemente associado às ideias de redenção e coragem.

Já a imagem do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, desde as eleições de 1989, é pintada como a de um operário pobre e sindicalista radical. O que se vê na parte em que os apresentadores do *Jornal Nacional* leem trechos de conversas de Lula e enfatizam os momentos em que ele fala palavrões é um reforço desse esteriótipo, uma maneira de lembrar o quanto o ex-presidente é “rude” e não-polido, o que Antônio Prata (2016), em um artigo publicado na *Folha de São Paulo*, configurou como um reforço do “ódio clasista”.

É interessante notar que esse ódio de classe vem também da Academia Brasileira. No Brasil, há um conjunto de cientistas políticos que legitimaram academicamente o interesse da classe burguesa, como nos mostra Jessé Souza (2015). De acordo com o autor, Sérgio Buarque de Holanda petrificou a noção de patrimonialismo no pensamento social brasileiro, uma vez que o pensador traz à tona uma “sacada genial” em que, não só o público intelectual reproduz a visão de mundo liberal-conservadora, como também toda a população.

Segundo o cientista político, apesar de não parecer implícito, as ideias mais influentes acabam se tornando parte do cotidiano da grande parcela dos cidadãos uma vez que “ganham as salas de aula de escolas e universidades, inspiram programas de governo, dão mote para artigos de jornais, estimulam o que é dito nas TVs e o que é discutido em todas as conversas entre amigos nos botequins afora” (SOUZA, 2015, p.51). De certo modo, a veiculação em massa de notícias pautadas na crise econômica nas edições que precederam a edição do dia 16/03/2016 do *Jornal Nacional* evidenciam

---

a tentativa de mascarar o que Jessé diz serem “as verdadeiras razões da desigualdade e da injustiça social”(SOUZA, 2015, p.52).

Ou seja, ao invés de culpabilizar o mercado pelas suas inaptidão em manter um conjunto social adequado à realidade econômica do país, o vilão é representado pela “má gestão” estatal. O Estado, conforme pressupõe Souza (2015) é o sujeito “incompetente e inconfiável”, enquanto que o mercado é “virtuoso e imaculado”.

A noção de patrimonialismo “simplifica” e “distorce” a realidade social de diversas maneiras e sempre em um único sentido, aquele que simplifica e “idealiza” o mercado e subjetiviza e “demoniza” o Estado. Para se amesquinhar ainda mais o horizonte reflexivo e retirar qualquer atenção aos consensos sociais e inarticulados que constituem qualquer ação política, basta personalizar o debate político, de modo consequente, ao nível das telenovelas. (SOUZA, 2015, p.51)

Mais adiante, Jessé conduz à análise da tese do sociólogo jurista Raymundo Faoro em sua obra *Os Donos do Poder* em que o autor denomina uma solução à problemática patrimonialista citada por Buarque, cuja patologia é advinda dos tempos de colonização lusitana. Para Faoro, uma maior consciência da liberdade individual - um tanto representada pela democracia estadunidense -, se faz necessária na sociedade brasileira de modo a ser uma cura à corrupção estatal que se faria presente no país.

É interessante pontuar que dias após o processo de afastamento da presidente Dilma, numa ação colaborada por empresários no Mato Grosso do Sul<sup>9</sup>, a mídia noticiou em massa que a frase “Não preense em crise, trabalhe” teria inspirado o discurso de posse do interino Michel Temer de modo a justificar a constatação de Faoro de que apenas o personalismo seria a cura dos males patrimonialistas do país.

De certa forma, o enquadramento totalitário da cobertura jornalística do dia 16/03/2016 em apenas uma edição do *Jornal Nacional* evidencia a tentativa de determinar um “culpado” para a crise econômica, seja na nomeação do ex-presidente

---

<sup>9</sup>Disponível em

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1771069-citada-por-temer-placa-nao-fale-em-crise-fica-em-posto-desativado.shtml>. Acesso em 30/06/2016.

---

como ministro da Casa Civil<sup>10</sup>, como uma maneira de expurgá-lo dos crimes os quais as edições anteriores do telejornal transmitiam com frequência, seja trazendo à tona todas as mazelas que o Poder Executivo teria tragado a sociedade. É o que Faoro determinaria como “estamento patrimonialista”, no qual os poucos que se encontravam em uma casta estatal agiriam como sanguessugas de todo o poder vital do Estado.

Toda a argumentação do livro [de Faoro] baseia-se nessa transfiguração: sempre que temos Estado, temos um estamento que o controla em nome de interesses próprios, impedindo o florescimento de uma sociedade civil livre e empreendedora [...] Frágil e absurda como é, essa ideia continua a ser a principal ideia-força do liberalismo conservador brasileiro, que permanece vivo no imaginário social cotidiano de todos nós. Episódios como o “mensalão” ou os escândalos de corrupção no Estado - todos, sem exceção, estimulados por interesses do mercado - na sua “subjetivização” e “novelização infatilizada” dos conflitos políticos, que passam de longe de qualquer discussão racional dos conflitos sociais e políticos verdadeiramente em jogo, aludem à tese do patrimonialismo. (SOUZA, 2015, p. 58 e 59)

Em tese, a citação de Jessé com relação à internalização da noção patrimonialista é claramente evidenciada na cobertura dos áudios que foram divulgados na edição do *Jornal Nacional*. A crença de que há um debate frutífero em relação a situação política brasileira se torna uma ilusão, manuseada por uma solução de que apenas a modernização da economia levaria à modernização do Estado.

Como dito anteriormente, todas as explicações teóricas dos cientistas sociais brasileiros ao longo dos anos contribuíram para a formação do pensamento da tal “classe média” em ascensão que, de acordo com Souza (2015), é uma criação que carece de reflexão aprofundada. A relevância economicista, que nasce da noção patrimonialista de que o mercado é impugnável diante de todas as mazelas sociais, determina não apenas que o nascimento de uma classe social se dá somente pela classe de renda que ela possui, crendo que há nela uma homogeneização ideológica.

---

<sup>10</sup>Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750766-dilma-nomeia-lula-como-novo-ministro-da-casa-civil.shtml>. Acesso em 30/06/2016.

Uma força que ganhou bastante popularidade nas coberturas midiáticas anos antes da cobertura da Lava Jato denunciando crimes de responsabilidade fiscal da presidente Dilma Rousseff foi alavancada pelas Jornadas de Junho, em 2013.

A grande fraude das “Jornadas de Junho” é a impressão de que o “vilão” está no estado e a “sociedade”, engajada e politizada, é o “mocinho”. [...] Mas o mais importante para os nossos fins é o fato de que a dominação social no Brasil se enfeita de outros atributos que não existem em outros lugares. Aqui, afinal, é o país em que a classe média “tira onda” de revolucionária, de agente da mudança e de lutadora por um “Brasil melhor”. (SOUZA, 2015, p. 239-241)

Ainda que se tratasse de um fenômeno até então pouco abordado numa classe média de um país democrático, a “nova classe média” que brotava na “primavera brasileira”, embora mascarada de crítica e “revolucionária”, ainda se tingia de tons muito conservadores, arraigados pelo pensamento patrimonialista de *Estado corruptível vs. mercado virtuoso*. Fato que se materializou já no primeiro ano do segundo mandato da presidente eleita Dilma Rousseff, quando, meses antes da cobertura dos áudios no *Jornal Nacional*, foram noticiados na televisão ocorriam caminhadas e “buzinações”<sup>11</sup> em diversas regiões do país.

De fato, apesar de não ser papel deste artigo esclarecer, a cobertura midiática do período que prenunciou o “escândalo” da Lava-Jato foi de muita eficácia para que a noticiabilidade tomasse as proporções que tomou, conforme veremos em critérios adiante. Para além do patrimonialismo constante na consciência nacional e como consequência deste, a “classe média” deveria, portanto, fundamentar seus privilégios - e lutar por eles. O montante de medidas econômicas<sup>12</sup> adotadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) enquanto no Poder Executivo que, então, beneficiaram as populações de menor renda acarretaram um profundo desgosto da classe média que então lutava para manter os privilégios que o status quo econômico a proporcionava.

<sup>11</sup>VT “Caminhadas e buzinações marcam protestos pelo Brasil”, Globonews, 16/03/2016. Disponível em <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-das-dez/videos/v/caminhadas-e-buzinacos-marcam-protestos-pelo-pais/4881262/>. Acesso em 30/06/2016.

<sup>12</sup> Artigo “As diferenças entre políticas econômicas dos períodos FHC e Lula-Dilma” Antonio José Alves Jr. (Doutor em Economia pela UFRJ e professor da UFRJ) e Lucas Teixeira (Doutor do Instituto de Economia da UFRJ) Disponível em <http://brasildebate.com.br/928/>. Acesso em 30/06/2016.

É a raiva ancestral de uma sociedade escravocrata, acostumada a um exército de servidores cordatos e humilhados, que explica a tolice dos que compram a ideia absurda de mais mercado no país do mercado mais injusto do mundo. [...] Sem o ressentimento e o desprezo ao populacho - no fundo o medo da competição social revertido em agressão -, não há como entender que tanta gente seja manipulada por um discurso hoje tão descolado da realidade como o da virtude do mercado e o da demonização do Estado. (SOUZA, 2015, p. 250)

## **A COBERTURA DOS ÁUDIOS SOB A LUZ DOS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE DE NELSON TRAQUINA**

Não se pode dizer que há nessas coberturas uma tentativa de manipulação das pessoas, pois já foi comprovado que as pessoas têm referenciais próprias de sociedade que influenciam na recepção das informações (SILVA, 1985). Porém, pode-se dizer que a mídia atua no papel de universalização de referentes (MIGUEL, 2002) e pode dar a impressão de normalidade, mesmo onde não há.

É o que vemos na cobertura do dia 23/05/2016 do *Jornal Nacional*, que nos apresenta um grave áudio do Romero Jucá em que fica evidente a tentativa de usar o impeachment da presidente Dilma como forma de parar a Operação Lava Jato. Mesmo assim, não há um alarde semelhante ao que foi dado nos áudio de Lula, o que nos leva a concluir que houve uma “naturalização” do processo de impeachment.

É importante notar que a cobertura do processo de impeachment foi feita em tom de disputa, em que foram postos personagens do lado do “bem” e do “mal” competindo pela saída ou permanência da presidente Dilma Rousseff. Como nos mostra Nelson Traquina, a dramatização é um critério de construção da notícia usado pelos jornalistas como um “reforço do lado emocional, a natureza conflitual” (TRAQUINA, 2005, p. 92)

Junto com este, ainda é possível identificar outros critérios de noticiabilidade elencados por Traquina (2005) e usados para a construção das edições do *Jornal Nacional* aqui estudadas, como a personificação dos atores que aparecem nos áudios, a consonância, já que insere o acontecimento no contexto de uma narrativa já estabelecida - a Operação Lava Jato - e a concorrência, visto que os áudios de conversas do ex-presidente Lula foram divulgados várias vezes durante a programação dos

telejornais, especialmente no *Jornal Nacional*, por um impulso em busca de audiência, de estar à frente de outras emissoras.

Nelson Traquina (2005) ainda fala sobre a importância da noticiabilidade de infrações como um valor-notícia que nasce das transgressões de regras socialmente impostas é um evidente parâmetro na cobertura dos áudios vazados, uma vez que, conforme a montagem da edição do *Jornal Nacional* estariam implícitas evidências de crimes cometidos pela presidente.

Ainda mais visível é o fundamento de que, em concordância com a valoração de Ericson, Baranck e Chan, o acontecimento seria um escândalo (TRAQUINA, 2005) que deveria ser televisionado pelos meios de comunicação jornalísticos pela “situação mítica do jornalista como ‘cão de guarda’ das instituições democráticas” (p.85) - o que explicaria o fato de o vazamento dos áudios das conversas entre Dilma e Lula ter uma cobertura em todos os blocos da edição do *Jornal Nacional*, embora o mesmo não tenha acontecido com relação aos áudios de Romero Jucá.

Tal fato é um tanto relevante dadas as premissas consideradas no tópico anterior com relação à cobertura jornalística que já vinha em andamento sobre a Operação Lava Jato. Isto somado ao critério analisado por Galtung e Ruge de relevância (TRAQUINA, 2005), onde a notícia que fosse causar maior impacto nas pessoas - neste caso em específico, sob a própria “classe média” em ascensão - deveria ter maior cobertura do que aquela cuja repercussão não fosse tão evidente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, tais critérios somados à necessidade dos oligopólios de telecomunicação do país (que, evidentemente, necessitaria de uma análise mais extensa) e todo o aparato de consciência social que justificaria os privilégios de uma classe média ainda sob forte influência de nuances conservadores determinaram que ambas as edições do *Jornal Nacional* tivessem tamanha discrepância. A análise destas nos leva a concluir que o maior problema da cobertura da Lava Jato e do processo de impeachment é que os jornalistas estão reféns de uma série de interesses políticos e econômicos que os fazem

---

se afastar do real objetivo do jornalismo: contribuir para a democracia (SCHUDSON, 2013). Assim, este artigo se faz necessário como um registro histórico de um tempo turbulento para o jornalismo brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Hamilton Ferreira. *O ópio do povo: o sonho e a realidade*. São Paulo: Símbolo, 1976.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Wilson. *As transformações da política na era da comunicação de massa*. Paulus, 2004. Cap. 2.

\_\_\_\_\_. Publicação no Facebook feita no dia 17/03/2016. Disponível em <https://www.facebook.com/wilson.gomes.1614460/posts/1692648257681896>. Acesso em 30/06/2016.

MIGUEL, Luis Felipe. *Política e mídia no Brasil*. Episódios da história recente. Plano, 2002.

PRATA, Antônio. *Crítica e Autocrítica*. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo no dia 27/03/2016. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2016/03/1754415-critica-e-autocritica.shtml>. Acesso em 30/06/2016.

SCHUDSON, Michael. *Reluctant Stewards: Journalism in a democratic society*. American Academy of Arts & Sciences, 2013.

SILVA, Carlos Eduardo Lins. *Muito além do Jardim Botânico*. São Paulo: Summus, 1985

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira*. Ou como o país se deixa manipular pela elite. SP: LeYa, 2015.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2005.